
A reforma do Conselho de Segurança da ONU: uma análise sobre a posição brasileira e suas repercussões

VALERIA MARINA VALLE

“A comunidade internacional não vai bater à nossa porta com um convite para ingressarmos como membros permanentes no Conselho de Segurança (...) Não há razão, como se fazia anteriormente, para postularmos nossa candidatura apenas quando a questão estiver “madura”. Aí será tarde, e se não procurarmos influenciar o debate, é sempre possível que se avance em um formato de reforma que não seja do nosso interesse.”

Chanceler brasileiro Celso Amorim, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2004.¹

“O precário equilíbrio na zona não se consolida com o Brasil em forma permanente no Conselho de Segurança (...) Se Lula (da Silva) fosse o presidente (do Brasil) por 50 anos, poderia ser, mas como não podemos ter certeza disso, por que o Brasil vai representar a Argentina? Que mérito tem?”

Chanceler argentino Rafael Bielsa, setembro de 2004.²

-
1. Conferência no Centro Brasileiro de Relações Internacionais com sede no Rio de Janeiro. Citado em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2537.
 2. Declarações publicadas pelo diário *La Nación*, de Buenos Aires, citadas por: Rádio Cooperativa, Santiago de Chile, (1º de outubro de 2004).

A Organização das Nações Unidas (ONU) completa sessenta anos. Como já aconteceu em todos os aniversários importantes anteriores, este é um momento de reflexão sobre como foi a trajetória do organismo e como se deveriam realizar reformas para adequá-la aos tempos modernos, em particular na composição do Conselho de Segurança.

O Conselho de Segurança da ONU é seu principal órgão. Seu objetivo principal é detectar as ameaças, a ruptura da paz ou as agressões que ocorram no sistema internacional e sua função é tomar medidas (que podem implicar ou não o uso da força) para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Na atualidade, é composto por dois grupos de países: 1) cinco membros permanentes com direito a veto (Estados Unidos, China, França, Reino Unido e a Federação Russa),³ eleitos em 1945 por terem sido os vencedores da Segunda Guerra Mundial; e 2) dez membros não permanentes que são eleitos por períodos de dois anos sem possibilidade de reeleição imediata. A condição para a conformação deste grupo é que seus membros contribuam para a manutenção da paz e que sua composição obedeça a um critério de distribuição regional equitativa. Mediante a Resolução 1991 (XVIII) da Assembléia Geral, regulamentou-se sua distribuição da seguinte maneira: dois pertencem à América Latina e o Caribe, dois à Europa Ocidental e outros Estados, um à Europa Oriental, dois à Ásia e três à África (incluído o Grupo Árabe). A Tabela 1 apresenta a lista completa dos atuais quinze membros do Conselho e seus períodos de mandato.

3. Em 1945, a URSS era um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança; quando a URSS se desintegrou, a Federação Russa passou a ocupar seu posto.

Tabela 1. *Países-membros e Presidência do Conselho de Segurança em 2005.*

Mês	Presidência	Data em que termina o período de mandato
Janeiro	Argentina	31 de dezembro de 2006
Fevereiro	Benin	31 de dezembro de 2005
Março	Brasil	31 de dezembro de 2005
Abril	China	Membro Permanente
Maior	Dinamarca	31 de dezembro de 2006
Junho	França	Membro Permanente
Julho	Grécia	31 de dezembro de 2006
Agosto	Japão	31 de dezembro de 2006
Setembro	Filipinas	31 de dezembro de 2005
Outubro	Romênia	31 de dezembro de 2005
Novembro	Federação Russa	Membro Permanente
Dezembro	Reino Unido	Membro Permanente
	República Unida de Tanzânia	31 de dezembro 2006
	Estados Unidos	Membro Permanente
	Argélia	31 de dezembro 2005

Fonte: ONU. Conselho de Segurança. Membros.

Em: http://www.um.org/spanish/docs/sc/unsc_membros.html

A partir da tabela anterior se pode apreciar que na atual composição total do Conselho existe uma maioria absoluta de Estados do Hemisfério Norte, mas nove dos quinze membros são países em desenvolvimento, o que equilibra a composição.

O Brasil se desempenha na atualidade como membro não permanente, mas declarou abertamente sua candidatura a eventual membro permanente. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é estudar quais foram as diferentes propostas de reforma do Conselho de Segurança da ONU, qual foi a posição do Brasil a esse respeito e que apoios recebeu. Uma pergunta que se desprende do parágrafo anterior é se Brasil possui o potencial para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O potencial será estudado em termos de seu peso econômico e dos apoios políticos que recebe por parte de outros Estados para ocupar esse posto, caso se aprove a ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança. Em relação a esta questão, se fará uma referência especial à relação entre Argentina e Brasil. Do mesmo modo, se avaliarão os requisitos que deveria cumprir um Estado para ser membro permanente e se estimará se Brasil cumpre essas expectativas.

1. O mundo muda, mas o Conselho de Segurança não

Já se passaram sessenta anos desde a Cúpula de San Francisco e em todo esse tempo não somente a ONU mudou, como também mudou cada um dos países que a integram, as relações entre eles e o mundo em geral. É evidente que em 2005 a configuração do poder no cenário internacional já não é a mesma de 1945, o que exige modificações na estrutura da ONU em geral e na composição do Conselho de Segurança em particular.

É evidente, então, que nos encontramos diante da necessidade de fazer balanços e de pensar novas idéias. Não obstante, continuam vigentes hoje – e ainda sem resolver – posicionamentos que exigem mudanças. Um exemplo concreto é a questão relacionada com a reforma do Conselho de Segurança. Durante a reunião especial da Assembléia Geral da ONU para comemorar seus 50 anos, convocaram-se dirigentes políticos dos 185 países membros, os quais expressaram que, “para poder responder eficazmente aos desafios do futuro e às esperanças que os povos do mundo deposita-

ram nas Nações Unidas, é fundamental que a Organização mesma seja reformada e modernizada. O trabalho da Assembléia Geral, órgão universal dos Estados membros das Nações Unidas, deveria ser revitalizado. O Conselho de Segurança deveria, entre outras coisas, ser ampliado e seus métodos de trabalho deveriam continuar sendo revisados, de maneira que se reforce sua capacidade e sua eficácia, se fortaleça seu caráter representativo e melhore a eficiência e transparência de seus procedimentos de trabalho” (VALENCIA RODRÍGUEZ, maio de 1996: 71-81). Se o parágrafo anterior fosse escrito hoje, não perderia vigência. Ou seja, que aos sessenta anos, as necessidades de mudança da ONU são as mesmas de seus cinquenta anos. Por esta razão, deveriam ser consideradas urgentes.

É importante recordar, por exemplo, qual foi o critério de seleção dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Os cinco países: Estados Unidos, União Soviética, França, Reino Unido e China foram os vencedores da Segunda Guerra Mundial. Foram considerados membros permanentes porque todos representavam as potências mais poderosas do momento e não se queria excluir nenhuma. Se o fizessem, poderia ocorrer o que sucedeu à antecessora da ONU: a Liga das Nações. Essa organização surgiu depois da Primeira Guerra Mundial e fracassou em sua tentativa de evitar conflitos internacionais. Uma das principais causas de sua *débâcle* foi atribuída à má representação de seus membros, principalmente porque os Estados Unidos não participaram e porque a União Soviética foi expulsa depois de sua invasão da Finlândia.

Perto do final do século XX, os debates sobre a necessidade de mudança na estrutura do Conselho de Segurança se intensificaram. Assim, se discutia como se havia formado e se justificava que a experiência da Liga das Nações fora instrutiva sobre os efeitos que as incongruências com a realidade podem ter sobre uma organização mundial. Mas também se sustentava que as ainda fortes e militarmente dominantes “velhas” potências continuavam se mostrando reticentes a toda mudança que atentasse contra seus atuais privilégios. Estimava, além disso, que essa situação provocava a erosão da legiti-

midade da ONU e criava desconfiança, principalmente entre as novas potências e os países em desenvolvimento (DALÓ, 1998:47-48).

Hoje pareceria haver uma evolução em relação à afirmação anterior. Por um lado, está claro que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança continuam sendo potências importantes, com uma forte presença internacional. Mas também é certo que surgiram Estados com importantes recursos de poder que entram nas categorias de potências, potências médias, Estados emergentes e líderes regionais que reclamam uma maior representação na ONU. A pergunta que deriva disso é se essas potências emergentes, entre as quais se encontra o Brasil, estão em condições de assumir uma responsabilidade como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Em relação à reticência das velhas potências de não querer renunciar a seus privilégios e, conseqüentemente, tampouco admitir novos membros no clube dos privilegiados membros permanentes do Conselho, desde 1999 se pode perceber uma mudança na posição desses países porque, tal como se explicará mais adiante, os atuais cinco membros permanentes apóiam hoje a candidatura de eventuais novos membros.

2. História da Reforma

O Conselho de Segurança nasceu com onze membros (cinco permanentes e seis não permanentes) e desde seu início surgiu a vontade de reformar sua composição (ZAWELS, 2000). Não obstante, não houve reformas durante os primeiros 18 anos de sua existência. Precisamente em 1963, como conseqüência do processo de descolonização que ocorreu a partir de 1960,⁴ a Assembléia Geral decidiu aumentar o número dos membros não permanentes, os quais somaram dez representantes a partir de 1965.

4. O processo de descolonização incorporou 53 novos Estados provenientes de Ásia, África e América Latina e o Caribe. Durante os primeiros anos da década de 1960, o número de membros da ONU passou de 51 a 113.

A primeira reforma de 1963 aumentou a representatividade do Conselho, mas não se adequou à maioria dos Estados. Com efeito, a ONU continuava crescendo: dos 113 membros que tinha em 1963 passou a contar com 152 em 1979. Foi durante esse ano que um grupo de países, em sua maioria em desenvolvimento, solicitou o aumento do número de membros permanentes e não permanentes, conforme um sistema de distribuição geográfica equitativa. A totalidade de membros sugerida para o Conselho era de 21.⁵ Cabe esclarecer que o Brasil não participou dessa iniciativa, nem de uma posterior, em que vários países latino-americanos reclamaram uma maior representação de América Latina, propondo um número de 21 membros no total.

Com efeito, o Brasil nunca participou de alianças com países que apoiaram a ampliação dos membros não permanentes do Conselho. Sua aspiração de ser um dos membros permanentes foi uma constante ao longo da história das reformas do Conselho. Isso ficou claro em 1989, quando o presidente José Sarney propôs a criação de uma nova categoria de membros permanentes sem direito a veto e apresentou a candidatura de seu país nessa nova modalidade. Essa proposta foi significativa, porque era a primeira vez que se propunha uma reforma na categoria de membros permanentes e sem direito a veto. Evidentemente, o Brasil tinha um grande interesse em ser apoiado em sua idéia de converter-se em membro permanente, porque estava renunciando a um dos grandes privilégios que lhe conferiria pertencer a este grupo de países: o poder de veto. Então, o que ganharia o Brasil se fosse aprovada essa proposta de ser “membro permanente pela metade”? Seguramente prestígio e poder internacional e, talvez pensasse que, uma vez dentro do clube privilegiado dos membros permanentes, poderia aspirar a reclamar maiores benefícios, como o exercício do veto.

5. Para uma explicação detalhada sobre as propostas de reforma de 1979, ver Zawels (2000:192-194).

A proposta de Sarney não foi discutida e anos mais tarde novamente se sentiram ares de mudança. Depois da desintegração da URSS e da ex-Iugoslávia surgiram novos Estados que se incorporaram à ONU, atingindo um total de 188.⁶

A primeira iniciativa concreta de reforma do Conselho de Segurança surgiu em 1991, com uma proposta apresentada pela Índia. A partir desse momento, a Assembléia Geral começou a analisar a possibilidade de aumentar o número de membros do Conselho de Segurança. Assim, em 1993, o secretário geral circulou entre todos os Estados membros um questionário, com a intenção de reunir informações sobre as opiniões acerca de uma eventual reforma do número de membros do Conselho. Nesse mesmo ano, a Assembléia Geral criou um Grupo de Trabalho encarregado de estudar o tema. O grupo começou a funcionar em 1994 e desde essa data ainda não se alcançou um quorum sobre quantos, como e quem seriam os membros que ocupariam os novos assentos. O que realmente se identificou são diferentes posições, as quais aderem grupos de países. O tema é complexo porque ao longo da história alguns modificaram suas preferências. Por exemplo, em 1994, os Estados Unidos não apoiavam a pretensão do Brasil de se converter em membro permanente; no entanto, dez anos mais tarde, se pronunciaram a favor dessa iniciativa.

Ingenuamente, em 1994 se pensava que em 1995 a reforma do Conselho estaria concluída, mas não foi assim (VALENCIA RODRÍGUEZ, 1996:80). Ou seja, a questão foi uma das principais preocupações durante o cinquentenário da ONU e dez anos mais tarde o debate permanece.

Não obstante, deve-se admitir que desde o quinquagésimo aniversário da ONU se passaram dez anos, durante os quais as propostas de reforma continuaram aparecendo. Assim, em 20 de março de 1997, o embaixador da Malásia e presidente da Assembléia Geral

6. Número a partir de setembro de 1999. Em 2005, os Estados membros chegaram a um total de 191.

apresentou ao Grupo de Trabalho uma proposta de reforma do Conselho conhecida como “Razali” (o nome do embaixador) ou “(2+3)”: isto é, dois países em desenvolvimento (cujos candidatos com maior quorum eram Alemanha e Japão) mais um Estado de cada região em desenvolvimento. Depois de apresentada a proposta de Razali, o embaixador dos Estados Unidos na ONU, Bill Richardson, admitiu pela primeira vez, em 17 de julho de 1997, a possibilidade de que os membros permanentes aceitassem uma reforma proposta pelo Grupo de Trabalho.

A declaração de Richardson teve impacto em todas as regiões. Na América Latina, o “candidato natural” era o Brasil. Naquele momento, o apoio a esse país sul-americano se justificava pelas cifras de sua extensão territorial, por sua população e peso econômico e pela história de cooperação com a ONU. Nesse contexto, a pretensão de México e Argentina de ocupar o único posto para América Latina parecia pouco realista. No entanto, ambos se uniram e apresentaram uma proposta para que os três países fossem representados juntos no Conselho em um posto rotativo. Essa idéia gerou um amplo debate entre os países e em suas sociedades e se dissipou quando se decidiu discutir sobre a possibilidade de solicitar a ampliação para dois do número de representantes da América Latina. No entanto, como a proposta parecia inviável, o tema ficou pendente (DALÓ, 1998:53). Essa situação definiu as diferenças de opiniões entre os três países latino-americanos, os quais defenderam distintas fórmulas para realizar a eventual reforma do Conselho, as quais se detalham a seguir.

3. Fórmulas sugeridas para a reforma do Conselho de Segurança

Durante toda a longa história das propostas de reforma do Conselho surgiram diferentes fórmulas projetadas separadamente para os membros permanentes e para os não permanentes e também para novas categorias de membros. A seguir se apresentam essas diferentes propostas. O Brasil, como se mencionou antes,

apóia a primeira. As outras propostas são apresentadas com o objetivo de estudar em detalhe as alternativas apoiadas por quem não coincide com a proposta brasileira, entre eles, a Argentina.

- I) *Propostas de reforma para membros permanentes: critérios para a seleção de novos membros e análise sobre a possibilidade de que Brasil os cumpra (se for aprovada uma reforma neste sentido)*
- a) *O que rege na atualidade para a eleição de membros não permanentes, isto é, a contribuição à manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros objetivos da ONU.* O Brasil argumenta⁷ que é um grande contribuinte para a paz e a segurança internacionais porque o fez em diferentes frentes desde os anos 50, mais precisamente em 1956, quando enviou um batalhão de infantaria ao Oriente Médio. Desde então, o país participou de 25 operações de paz. Nos anos 90, integrou missões em: África (Angola, Moçambique, África do Sul, Libéria, Uganda), América Latina (El Salvador, Nicarágua, Guatemala), Europa (Chipre, Croácia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina) e Ásia (Camboja e, mais recentemente, Timor Leste). O Brasil participou das missões anteriores com o envio de tropas, de observadores militares, policiais e eleitorais. Outro aspecto que vale a pena destacar é a contribuição brasileira para a paz internacional por meio da promoção da ida de prevenção dos conflitos. Neste sentido, o governo brasileiro argumenta que as operações de manutenção da paz são consideradas apenas parte de um contexto mais amplo da manutenção da paz e da segurança. É por isso que sustenta que se devem priorizar questões relacionadas com a prevenção dos conflitos. É por isso que

7. Dados proporcionados pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Ver: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/onu/participacao.asp.

considera que se devem atender temas relacionados como: a pobreza, a desigualdade socioeconômica e os padrões não sustentáveis de desenvolvimento. Em relação a isso, parece que o governo do presidente Lula estaria priorizando a colocação em prática desses preceitos. Podem-se citar dois casos relacionados com a preocupação com a pobreza: um na frente interna e outro na externa. Na interna, Lula implementou o Programa Fome Zero, que já está em marcha, e na frente externa foi um dos líderes da Cúpula contra a Pobreza e a Fome que se realizou durante o 59º período de sessões da Assembléia Geral, em setembro de 2004. Outro exemplo que ilustra a participação ativa do Brasil na atualidade são os 1200 efetivos brasileiros de um total de 6000 soldados da força de paz que a ONU mantém no Haiti desde fevereiro de 2004, quando o presidente Bertrand Aristide deixou seu cargo.

Por fim, pode-se afirmar que o Brasil contribui para paz e a segurança mundiais porque não está envolvido em nenhum conflito armado e porque utiliza a energia atômica apenas para fins pacíficos.

- b) *Que os países em desenvolvimento estejam representados adequadamente.* Esta fórmula gera debate. Em um certo momento, propôs-se aumentar o número de membros permanentes com a participação de dois membros de cada uma das regiões em desenvolvimento: Ásia, África e América Latina e o Caribe. Outra proposta foi a conhecida como “2+3”, ou seja, dois membros permanentes de países desenvolvidos e três de países em desenvolvimento. Esta fórmula não foi aceita porque se argumentou que não seria democrática, porque beneficiaria somente dois ou cinco Estados em prejuízo dos demais. Em relação a este aspecto, Brasil, Índia e Nigéria apresentaram sua candidatura desde o início das propostas de reforma, argumentando que sua presença equilibraria a composição do Conselho.
- c) *O número de habitantes.* De acordo com este critério, o Brasil pode ser um candidato com altas possibilidades de ser eleito

como membro permanente, porque conta com mais de 184 milhões de habitantes e está entre os países mais povoados do mundo. Não obstante, alguns autores como Alfredo Bruno Bologna e Carla Oliva argumentam que “o crescimento demográfico é uma arma de dois gumes, porquanto incorpora trabalhadores e consumidores ao sistema, impulsionando o crescimento econômico, ao tempo que, sem políticas adequadas, expulsa boa parte da população que não tem acesso à educação e aos serviços de saúde, aumentando as desigualdades sociais” (citados por: CRETTAZ, 11 de janeiro de 2005). Este é um bom ponto de análise porque põe em discussão a população como variável importante. Se o Brasil conta com mais da metade de sua população mergulhada na pobreza, é evidente que essa variável incidirá negativamente em sua condição de país candidato a membro permanente da ONU. Seria preciso analisar o peso que se dará a esta variável populacional, porque se se prioriza o grau de peso econômico, talvez se possam encontrar exemplos de países latino-americanos menos povoados mas que possuam uma menor desigualdade econômica e que sejam mais representativos do que Brasil. O Chile seria um deles.

d) *A importância da economia e o potencial para o futuro.* A importância da economia brasileira é indiscutível. Segundo dados de dezembro de 2004 do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2004), o PIB total do Brasil é de US\$1.375 trilhões, sua população de 184.101.109 habitantes e seu território de 8.511.965 km². Esse número indica que sua superfície é pouco menor que a dos Estados Unidos. Além disso, é importante destacar que o país é rico em recursos naturais. O que no entanto se debate cada vez que se analisa o tema é que o Brasil é um país com grandes disparidades, onde existe uma pronunciada má distribuição de renda. Por esse motivo, se encontram na literatura dois tipos de opiniões: 1) visões pessimistas ou cautelosas sobre o potencial que o país tem para o futuro e 2) pontos de vista mais otimistas. Dentro da primeira categoria de analistas,

Riordan Roett argumenta em um artigo recente intitulado *O papel de Brasil como líder regional* que o país é “um importante, embora defeituoso, líder regional”. O autor explica que o Brasil é um mercado emergente e um Estado pivô, mas não é um jogador mundial nem o será até que aborde o tema fiscal e trate as desigualdades socioeconômicas. O que Roett afirma é que hoje o Brasil é um importante ator regional e sustenta que nesse nível é efetivo (ROETT, 2003:229 e 233). Outras visões expressam o contrário e enfatizam o amplo potencial do país. Entre elas, cabe citar um recente informe, conhecido como *Enigma BRIC 2050*. O acrônimo BRIC faz referência a Brasil, Rússia, Índia e China, as quatro potências do futuro, mais especificamente, do ano 2050. O estudo indica que os quatro poderiam mudar a estrutura do poder mundial e que juntos poderiam alcançar nessa data a soma do PIB do atual G-6. Em relação ao Brasil, o informe precisa que superará a Alemanha em 2036 e que será a quinta potência mundial em 2050. Além disso, de hoje até aquela data, o país crescerá em média 3,6% (CRETTAZ, 11 de janeiro de 2005). Apesar desses números alentadores, nada garante que se cumpram porque hoje, nem o Brasil, nem os outros três Estados do BRIC estão em condições de superar as atuais oito economias mais fortes.

e) *A disposição de contribuir para as atividades econômicas e políticas, as operações de manutenção da paz e de apoio a essas atividades.* Embora parte deste ponto já tenha sido analisado no ponto a), pode-se agregar que o Brasil contribui ativamente para as atividades econômicas e políticas. Não devemos esquecer que foi um dos 51 países fundadores da ONU e atualmente é membro de todas as agências especializadas.⁸

8. As agências especializadas da ONU são: Telecomunicações (UIT), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), (continua)

f) *O montante das contribuições financeiras para a ONU, incluídos os fundos e programas voluntários.* Aqui o Brasil encontra seu ponto fraco, porque não é um grande contribuinte e porque está atrasado nos pagamentos. Segundo dados de 2003, o Brasil devia à ONU um total de 76 milhões de dólares (NOTI-VER, 11 de abril de 2003).

Finalmente, é válido mencionar que essa iniciativa de aumentar o número de membros permanentes conta com o apoio de alguns Estados, mas também é criticada por outros. Desde suas origens obteve o apoio de vários países ocidentais para que Japão e Alemanha se incorporassem, argumentando que se justificava sua participação por serem o segundo e terceiro contribuintes da ONU. Os críticos dessa proposta (como a Argentina) consideram que desequilibraria ainda mais a composição do Conselho porque criaria novos desequilíbrios regionais (CÁRDENAS, 2000). Mais adiante se aprofundará essa análise, quando mencionarmos a posição argentina sobre a reforma do Conselho.

II) *Membros não permanentes*

Os critérios de seleção dessa categoria de membros estão enumerados na Carta (no parágrafo 1 do artigo 23). Nela se indica que os membros devem:

- contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os demais propósitos da ONU;

(*continuação*) a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), seu órgão regional, a Organização Marítima Internacional (IMO), a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobre Assentamentos Humanos (Hábitat) e para o Meio Ambiente (PNUMA) se parecem com os organismos especializados ou agências.

- assegurar uma representação geográfica equitativa e que os países em desenvolvimento estejam mais bem representados;
- participar em operações de manutenção da paz;
- realizar o pagamento íntegro, pontual e sem condições das cotas dos orçamentos ordinários e de operações de manutenção da paz e
- respeitar os compromissos assumidos sobre o controle de armamentos e o desarmamento, a solução pacífica das controvérsias, a assistência humanitária, a assistência ao desenvolvimento econômico e social e o respeito aos direitos humanos.

Em meados dos anos 90, os países que apoiavam essa proposta eram chamados de “maioria silenciosa” (CÁRDENAS, 2000:90). Atualmente, também parece que as propostas de reforma dos países que não apóiam a anterior (sobre o aumento dos membros permanentes) se concentram principalmente nesta. Ou seja, no momento parece visualizar-se um maior consenso entre os 191 membros para apoiar o aumento do número dos membros não permanentes. Como se verá mais adiante, muitos dos países que integram o *Coffee Club* apóiam esta iniciativa.

III) *Novas categorias de membros*

Semi-permanentes (proposta apoiada em meados dos anos 90 por México, Austrália, Itália e outros países). Esta iniciativa possui diversas formulações, entre as quais se encontram: designar postos a Estados que fariam parte do Conselho durante períodos mais prolongados ou com maior frequência que os atuais não permanentes; criar um grupo de membros que possam ser reeleitos e criar uma rotatividade restrita entre um grupo fechado de países.

Postos compartilhados por dois ou mais Estados ou por um processo de integração, dividindo-se o mandato. Esta proposta permitiria que os Estados não permanentes fossem membros com uma maior frequência.

Postos rotativos. Seriam criados oito a dez novos postos de membros não permanentes ocupados cada um por rotatividade de três Estados. Cada país ocuparia o posto por dois anos e voltaria a ocupá-lo com uma maior frequência.

4. Um mundo mais seguro

O secretário geral da ONU, Kofi Annan, propôs uma série de reformas institucionais da ONU e as questões relativas à reação coletiva frente às novas ameaças em um programa, criado em novembro de 2003, do Grupo de Alto Nível sobre as Ameaças, os Desafios e a Mudança composto por quinze membros, sob a direção do antigo primeiro ministro tailandês, Anand Panyarachun. Esse grupo também tem entre suas tarefas a reforma do Conselho de Segurança, sobre a qual, durante o 58º Período de Sessões da Assembléia Geral, Kofi Annan declarou o seguinte: “(...) Com respeito à composição do Conselho, se trata de uma questão que figurou no programa da Assembléia durante mais de uma década. Praticamente todos os Estados membros estão de acordo com o fato de que o Conselho deveria ser ampliado, mas não há consenso quanto aos detalhes. Com todo meu respeito (...) direi que, aos olhos de seus povos, a dificuldade de alcançar um acordo não é desculpa para não obtê-lo. Se querem que o Conselho e as decisões do Conselho gozem de maior respeito, especialmente nos países em desenvolvimento, é preciso que abordem a questão de sua composição com urgência”.

Em 2 de dezembro de 2004, o Grupo de Alto Nível entregou seu informe *Um mundo mais seguro: a responsabilidade que compartilhamos*, que contém 101 recomendações e, entre elas, duas opções concretas para ampliar o Conselho de Segurança para 24 membros. O secretário geral da ONU defendeu claramente a aplicação das recomendações: “Devemos atuar com rapidez e tomar medidas para aplicar as recomendações toda vez que seja possível”. Do mesmo modo, anunciou que no informe que apresentarão os Estados membros em março de 2005 seriam incluídas as recomendações do Gru-

po de Alto Nível. Por tudo isso, se pode argumentar que o debate sobre a reforma do Conselho de Segurança se encontra diante de uma nova fase, cujo significado, segundo o próprio Kofi Annan, “é comparável com a criação da ONU em 1945”. A reforma do Conselho precisa de uma modificação da Carta que deve ser adotada por dois terços dos 191 membros da Organização. Para poder entrar em vigor, os órgãos constitucionais devem ratificar essa decisão com dois terços do total dos Estados membros, e entre eles deve figurar a totalidade dos membros permanentes do Conselho de Segurança. O Brasil, perante essa proposta, se pronunciou pelo apoio à criação de novos postos permanentes, um deles também para si mesmo. Os modelos alternativos (os denominados postos “semi-permanentes”) não parecem ter uma grande aceitação na atualidade. As declarações que surgiram durante as semanas em que se celebrou o 59º Período de Sessões da Assembléia Geral confirmam essas tendências; portanto, o Brasil conta com uma ampla base de apoios que serão analisados mais adiante. No entanto, o país também enfrenta adversários de sua posição, entre os quais se destaca seu principal vizinho.

5. As posições antagônicas de Brasil e seu “aliado estratégico”: a Argentina

O tema da reforma do Conselho de Segurança tem sido uma “pedra no sapato” na relação bilateral entre Argentina e Brasil há vários anos. Não é a única causa de mal-estar entre ambos, mas hoje é uma das principais. Pode-se afirmar que existem atualmente dois tipos de desacordos bilaterais, um relacionado com o âmbito multilateral, que é essa questão da reforma do Conselho de Segurança, e o outro de índole bilateral e regional, em que temos os conflitos setoriais no âmbito do Mercosul. Isso acontece porque o Mercosul ainda não conseguiu consolidar a união aduaneira e por esse motivo, depois das crises brasileira e argentina de 1998-1999 e 2001-2002 respectivamente, ambos os países aplicaram medidas de curto prazo de salvaguarda e proteção de seus setores debilitados. Desde

meados de 2004, o problema reapareceu quando a Argentina impôs licenças não automáticas a produtos brasileiros, em particular aos eletrodomésticos. O tema é complexo e se relaciona com a natureza mesma do processo de integração que, em vez de avançar para etapas superiores, se vê na necessidade de relançar-se mais uma vez.

Os dois aspetos de discordância não impedem que os atuais governos dos presidentes Lula e Kirchner encontrem vários temas convergentes. Entre eles destacam-se: 1) os planos conjuntos de ambos os governos em relação ao Mercosul: lançar logo o Parlamento do Mercosul, para o qual seriam eleitos legisladores por voto direto; estudar como compatibilizar a mudança para criar uma moeda comum no futuro; fazer com que os congressos aprovelem internamente a “livre residência” para os cidadãos do Mercosul, e a consolidação da Tarifa Externa Comum, além de acordar políticas comuns de obras públicas (exemplos: projetos de unir Buenos Aires e Colônia por ponte e possíveis avanços no corredor bio-ocênico; 2) ambos consideram que devem encabeçar de maneira conjunta o processo de integração de América do Sul, em especial para melhorar as negociações com os organismos multilaterais; e 3) ao menos no nível do discurso, ambos sustentam que devem continuar as negociações para a entrada na Área de Livre Comercio das Américas (ALCA) e com os Estados Unidos (conhecida como “quatro mais um”) com uma posição unificada dentro do Mercosul.⁹

Cabe destacar que todos os pontos em que existem convergências entre Argentina e Brasil contribuíram para que hoje ambos se considerem “aliados estratégicos”.¹⁰ Apesar desse qualificativo, o fato é que, embora as chancelarias de ambos os países não o admittam abertamente, as diferentes posições sobre a questão da reforma

9. Esses pontos foram debatidos junto com outros durante as primeiras visitas de Lula à Argentina e de Kirchner ao Brasil. Cabe destacar que ambos realizaram suas primeiras visitas como presidentes ao país vizinho.

10. Um funcionário da Direção de Organismos Internacionais da chancelaria argentina expressou que esta “aliança estratégica” se baseia na busca da máxima coordenação e acordo na agenda da ONU. Isso se obtém a *(continua)*

do Conselho de Segurança trazem conseqüências políticas importantes. Para o Brasil, que a Argentina o apoiasse em sua pretensão seria relevante e o ajudaria como aval para conseguir mais apoios de outros países latino-americanos, como México ou Uruguai, que não demonstraram simpatia pela posição brasileira.

Em que consiste exatamente essa posição? Segundo fontes do Ministério de Relações Exteriores do Brasil,¹¹ o governo brasileiro defende a idéia de que o número e a composição dos membros do Conselho deveriam ser revistos dentro de um contexto mais amplo e deveriam satisfazer a necessidade de ampliar a legitimidade e o caráter representativo do órgão, mas ao mesmo tempo deveriam preservar sua operacionalidade. O Brasil também considera que é preciso diminuir o atual desequilíbrio na composição do Conselho que se percebe tanto na proporção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que são membros permanentes, como de membros permanentes em relação ao número total de integrantes. O Brasil argumenta que um lugar permanente impõe responsabilidades e custos adicionais e assegura que está preparado para assumir essas responsabilidades e custos se for convocado pela comunidade internacional para ocupar esse posto.

A posição argentina sobre o tema difere atualmente da brasileira porque o país prefere priorizar o aumento do número de membros não permanentes mediante uma representação regional e rotativa. Não obstante, essa postura nem sempre foi uniforme, mas foi evoluindo ao longo do tempo.

Quando se iniciaram as primeiras propostas de reforma do Conselho de Segurança, a Argentina não estava em desacordo com

(continuação) partir de diferentes âmbitos, por exemplo: das capitais, desde Nova York ou mediante reuniões para buscar a cooperação na Assembléia. Destaca-se o importante número de intervenções conjuntas. Em nível bilateral, isso ocorre, por exemplo, por meio de iniciativas sobre temas como: Oriente Médio, o Grupo do Rio ou Mercosul (Buenos Aires, Chancelaria Argentina – Piso 11 Oficina 1108, 10 de janeiro de 2005).

11. Ver: <http://www.mre.gov.br>.

a idéia de criar novos postos para membros permanentes. O que propunha era aumentar somente um pequeno número dos membros permanentes, entre os quais apoiava abertamente a entrada de Alemanha e Japão e a eleição de outros membros eleitos por regiões. Em meados dos anos 90, o chanceler argentino Guido Di Tella considerava que os candidatos possíveis da América Latina podiam ser México, Chile, Brasil e a própria Argentina. Em 1995, esse chanceler expressou que, se o Brasil aspirava a ser um membro permanente, então a Argentina merecia um tratamento recíproco (DI TELLA, 1995:17). Fica claro, então, que naquela ocasião a Argentina tinha pretensões similares às brasileiras e só apoiaria seu vizinho sempre e quando este a apoiasse na mesma causa. É evidente que essa posição não contentaria o Brasil, que esperaria o apoio unilateral de seu vizinho e então sócio comercial no Mercosul.

Por outro lado, Di Tella expressava naquele momento que talvez o conceito de democracia não era o que devia orientar a reforma e enfatizava: “Esta pouca democracia faz com que o Conselho se pareça mais à realidade do poder do mundo de hoje e que funcione de maneira efetiva” (DI TELLA, 1995:16). Ou seja, que a reforma não tinha de refletir um mundo ideal, mas um mundo tal qual é. Nesse sentido, o que o chanceler estaria se perguntando seria se Brasil deveria ser considerado merecedor de um tratamento especial para ocupar um posto permanente. Talvez o atual chanceler argentino se pergunte o mesmo, considerando-se os argumentos que foram expostos anteriormente sobre as disparidades socioeconômicas do Brasil.

Apesar de um breve período de “distensão” entre Argentina e Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que sustentava que era preferível para seu país contar com bons vizinhos em vez de ocupar um assento como membro permanente no Conselho de Segurança,¹² no final dos anos 90 a Argentina apoiou uma

12. Ver: *Análítica Mensual* (outubro de 1997), “El Consejo de Seguridad de la ONU o una batalla por la irrelevancia”, n. 20, <http://www.analitica.com/archivo/vam1997.10/editor1.htm>.

reforma com um assento rotativo ocupado por um país latino-americano (DALÓ, 1998:53). Na realidade, nos anos 90, durante o governo de Carlos Menem na Argentina, as políticas exteriores de ambos os vizinhos foi diferente do ponto de vista ideológico. Tal como observa Escudé, a Argentina se havia alinhado com os Estados Unidos e, portanto, na questão relacionada à reforma do Conselho de Segurança, votava de acordo com os interesses americanos (ESCUDE, 2003:214-216).

Este alinhamento com a potência hegemônica implicava uma mudança no rumo da política exterior argentina, já que o governo anterior havia sido mais inclinado para a Europa. Ao contrário, no Brasil, a situação era diferente: a política exterior do país é desenhada e levada à prática por um sólido corpo diplomático, ou seja, os delineamentos do Itamaraty transcendem as mudanças eleitorais e dão continuidade à política exterior. Apesar dessa constante, cabe observar que cada um dos três presidentes que se sucederam no Brasil na década de 1990 – Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) – teve uma determinada adesão a uma ideologia econômica e uma percepção diferente da ordem internacional e, em particular, das relações com os Estados Unidos que afetava de maneira diferente suas relações exteriores com a Argentina. Assim, o governo de Itamar Franco foi mais desenvolvimentista do que o de Carlos Menem, dando lugar a diferenças entre ambos os mandatários quanto a sua relação com Estados Unidos. Os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso tiveram um matiz mais liberal, o que favoreceu uma maior aproximação com a Argentina (SARAIVA e TEDESCO, 2003:475-512). Por essa razão, não chama a atenção que Cardoso fizesse declarações em que abrandava sua posição sobre o tema da reforma do Conselho para não enfrentar a Argentina que, ademais, era seu sócio comercial mais importante no Mercosul.

Atualmente, os presidentes Lula e Kirchner coincidem em muitos temas da agenda bilateral, mas Lula e, em particular, seu

chanceler Amorim são grandes defensores da candidatura brasileira como membro permanente do Conselho. A resposta da chancelaria argentina expressa que o país não apóia as candidaturas individuais como membros permanentes do Conselho e tampouco está de acordo com a representação regional, porque considera que os membros permanentes o fazem a título pessoal. Ou seja, por exemplo, que se pode argumentar que é importante que um país como a Índia ocupe um assento como membro permanente do Conselho porque desta maneira a Ásia estaria mais bem representada. Argentina não concordaria com essa posição e argumentaria que a Índia representaria seus próprios interesses e não os de sua região. Os mesmos temores poderiam surgir em relação à candidatura do Brasil e a não representação da Argentina e dos outros vizinhos, se o Brasil conseguisse ocupar o posto permanente. Portanto, a proposta da Argentina se limita a apoiar a ampliação do número dos membros não permanentes do Conselho, para que seja mais democrático.

Por tudo isso, a Argentina não apóia atualmente a pretensão do Brasil junto com a do “grupo dos quatro” para aceder a um posto permanente. Em setembro de 2004, o chanceler argentino, Rafael Bielsa, opinou que o Brasil fez um gesto “que não foi cortês, por não haver avisado” sobre uma reunião que manteve com diplomatas de México, Espanha, Itália, Canadá, Tailândia, Coréia do Sul e Egito, entre outros, para entrar em acordo sobre uma proposta para o Conselho de Segurança. Nessa iniciativa, para a Argentina, “primam a democracia e a representatividade, de modo que não influa o volume das contribuições dos governos ao organismo” (*La Nación*, setembro de 2004).¹³

13. Estas declarações dadas ao diário *La Nación* foram recolhidas por: Radio Cooperativa. Santiago de Chile, (1º de outubro de 2004), “Argentina objetó presencia permanente de Brasil en el Consejo de Seguridad”, http://www.cooperativa.cl/p4_noticias/antialone.html?page=http://www.cooperativa.cl/p4_noticias/site/artic/20041001/pags/20041001103943.html.

Para reformar o Conselho de Segurança, a Argentina propõe um critério regionalista, com duas categorias entre os países: uns com o direito de ficar quatro anos e outros com o direito de ficar dois anos.

6. O que implicaria para o Brasil ser membro permanente do Conselho de Segurança e que conseqüências isso teria para a Argentina

Em primeiro lugar, se o Brasil conseguisse ocupar um assento permanente no conselho de Segurança, obteria uma maior presença dentro da ONU. Por outro lado, ganharia uma maior presença internacional e poderia afiançar sua estratégia como ator global. Está claro pelos discursos de seus funcionários governamentais que o Brasil pretende um maior reconhecimento mundial e aspira converter-se em uma potência mundial. Com efeito, tal como dissemos anteriormente, o Brasil pode ser catalogado como uma potência emergente se levarmos em conta certos indicadores macroeconômicos, como seu PIB, seu território ou sua população. Apesar de todas essas vantagens comparativas, o problema que o Brasil enfrenta hoje é sua distribuição de renda desigual. Não obstante, é considerada a sexta potência econômica mundial. Do mesmo modo, se levarmos em consideração variáveis políticas, o Brasil também é uma potência regional na atualidade, que assume uma forte liderança na América Latina em geral e na América do Sul em particular.

Levando-se em conta os números anteriores, se o Brasil obtivesse seu assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, poderia dotar-se de um maior poder político em suas relações internacionais. É evidente que sua participação e sua responsabilidade no organismo internacional aumentariam e o país poderia contar com um meio para propor temas e vias de ação que fossem de seu interesse particular.

Outro ingrediente que ganharia e que afiançaria a solidez do Itamaraty seria prestígio e reconhecimento como um país digno

de representar os grandes. Mas o mais importante é que o Brasil poderia exercer uma maior influência na solução de problemas de paz e segurança internacionais. O posto permanente também lhe daria a oportunidade de aumentar o espectro das relações com o exterior, o que lhe permitiria estabelecer novas alianças e aumentar sua capacidade para expressar seus próprios interesses nos fóruns internacionais.

O que implicaria, porém, para a Argentina se o Brasil passasse a ser membro permanente? Para alguns analistas como Daló, não representaria um problema ou uma ameaça séria por dois motivos: em primeiro lugar, constituiria a entrada de seu principal aliado e sócio do Mercosul. Por outro lado, se o Brasil voltasse a retomar a proposta do presidente Sarney de 1989 e renunciasse ao direito de veto, em caso de um conflito com esse país, sua entrada não constituiria nenhuma ameaça para a Argentina (DALÓ, 1998:53). Analisando este ponto de outra perspectiva, se o Brasil ocupasse o posto e a Argentina se visse ameaçada por um terceiro, é muito provável que seu sócio estratégico a apoiasse.

7. Busca de apoios do Brasil e a resposta argentina

Há alguns anos o Brasil faz *lobby* para conseguir apoios a fim de conseguir seu objetivo de tornar-se um eventual novo membro do Conselho de Segurança. Recentemente, às vésperas da renovação do Conselho de Segurança, em coincidência com a 59ª Assembleia Anual da ONU em setembro de 2004, o Brasil fez um acordo com Alemanha, Japão e Índia e formou “o grupo dos quatro” para obter um assento permanente. Essa aliança não foi apoiada pela Argentina: seu chanceler opinou que o Brasil fez um gesto “que não foi cortês, por não ter avisado” e apresentou então uma contra-proposta junto a outro grupo de países que compõem um grupo denominado *Coffee Club*.

O certo é que o Brasil, de todo modo, conta com vários “bons olhos” para sua pretensão, o que lhe dá uma base de alianças impor-

tante. Entre os países que apóiam atualmente sua candidatura como membro permanente estão dois de seus vizinhos: Peru e Equador. Também recebeu o apoio dos principais membros permanentes: Estados Unidos, Federação Russa, França e Reino Unido (com exceção da China).

Por fim, além de contar com o beneplácito de seus companheiros do grupo dos quatro e de 80% dos atuais membros permanentes, o Brasil também recebe o apoio de países lusófonos, já que conta com o respaldo de Portugal e Angola. Independente de quanto demore em se concretizar a reforma do Conselho de Segurança e de qual seja o resultado, a realidade de hoje indica que o Brasil conta com uma forte liderança e com uma ampla base de apoio por parte de outros Estados que veriam com agrado sua inclusão no grupo privilegiado dos membros permanentes.

8. Conclusões

A partir dos dados estatísticos analisados neste artigo, que ilustram os recursos do poder do Brasil, pode-se afirmar que este país possui grandes vantagens que poderiam permitir sua consolidação como potência nos próximos anos. O informe sobre o enigma BRIC 2050 é um exemplo disso. Não obstante, o Brasil também possui recursos negativos contra si. Por exemplo, não se pode deixar de citar sua enorme disparidade social e a má distribuição da renda. Isso o torna um país de contrastes. É por causa dessas contradições que o Brasil pode ver-se diante de uma encruzilhada em que pode optar por: 1) reafirmar suas grandes aspirações internacionais em relação a sua vontade de aumentar sua presença no mundo em geral e em sua atuação na ONU, em particular e 2) dar uma maior prioridade a atender seus graves problemas relacionados com a pobreza e a exclusão.

Na prática, parece que o atual governo de Lula e de seu chanceler Celso Amorim privilegia ambas as estratégias. No início de sua gestão, Lula promoveu o Programa *Fome Zero*, impulsionado a par-

tir do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ao mesmo tempo, o governo também procurou mitigar a pobreza mediante sua gestão nas Nações Unidas. É importante recordar que o presidente Lula foi um dos grandes líderes que convocaram a Cúpula das Nações Unidas contra A Fome e a Pobreza, no marco da 59ª Assembléia Geral da ONU, em setembro de 2004. A participação do Brasil certamente outorga um importante prestígio ao presidente Lula, o que pode significar uma base mais ampla de apoio por parte da comunidade internacional.

É importante ressaltar que hoje está claro que o Brasil privilegia sua presença na ONU e aproveita cada encontro bilateral para buscar apoios para sua pretensão de ocupar um posto permanente no Conselho de Segurança. No momento, conta com o beneplácito dos atuais membros permanentes (com exceção da China), de alguns de seus vizinhos, como Peru e Equador, dos países de língua portuguesa como Portugal e Angola e de seus companheiros do grupo dos quatro: Alemanha, Japão e Índia. Chama a atenção, então, que o país que se tenha oposto tradicionalmente tenha sido a Argentina, que é seu maior sócio comercial no Mercosul e com quem, segundo a avaliação dos governos, estabeleceu-se uma “aliança estratégica”.

Para além dos apoios que possa obter, é importante analisar se o Brasil objetivamente pode ser considerado um candidato viável e legítimo, caso seja aprovado o aumento do número dos membros permanentes do Conselho. Como já observamos, suas vantagens políticas têm a ver com a liderança que o país manteve em sua sub-região. Tampouco se pode deixar de lado o aspecto institucional: é muito importante ressaltar a forte influência do corpo diplomático brasileiro no processo de criação de políticas (*policy making*) exteriores. Este fator dá uma importante continuidade à gestão da política exterior em relação à vontade de aspirar a um posto permanente no Conselho. É interessante analisar que o rumo das políticas econômicas tem variado, tal como vimos ao descrever as orientações ideológicas em matéria econômica nas administrações de Itamar Franco, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luis Iná-

cio Lula da Silva. Apesar dos vai-e-vens econômicos, porém, a política exterior não modificou seus principais delineamentos.

Dentre as desvantagens que o Brasil poderia encontrar como membro permanente se encontra uma clara, de índole financeira. O país não é um grande provedor de recursos monetários da organização, tal como o são Alemanha e Japão. Embora se pudesse argumentar que este aspecto não é relevante – dado que os novos membros permanentes não necessitam ser em sua totalidade potências desenvolvidas –, talvez no desenvolvimento da gestão pudesse surgir como um elemento de discórdia com os membros que dão grandes contribuições. Pior ainda, se o Brasil chegasse a se ver obrigado a atrasar seus pagamentos em caso de uma crise econômica interna.

Em suma, Brasil possui vantagens e desvantagens em sua possível candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança. O certo é que o atual governo está muito determinado a alcançar esse objetivo durante seu mandato e atua em consequência, porque aproveita todas as oportunidades que se lhe apresentam para ganhar adeptos. A grande questão é como isso afetará a relação com seu aliado estratégico. Oxalá não seja um grande motivo de conflito e que essa aliança se fortaleça no futuro.

Referências bibliográficas

- Análítica Mensual*. El Consejo de Seguridad de la ONU o una batalla por la irrelevancia, n. 20, out. 1997. Disponível em: <http://www.analitica.com/archivo/vam1997.10/editor1.htm>.
- AMORIM, C. Discurso do Ministro das Relações Exteriores no CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), Rio de Janeiro, 13 dez. 2004. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalle.asp?ID_DISCURSO=2537.
- ARMENDÁRIZ, A. Iniciativa argentina en la ONU. Refuerzan el apoyo a Haití en el Consejo de Seguridad. *La Nación*, Política, 9, 13 jan. 2005.
- AUSWÄRTIGES Amt. Reforma del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Dez. 2004. Disponível em: <http://www.auswaertiges>

- amt.de/www/es/aussenpolitik/vn/vereinte_nationen/reform/dt-reform_html.
- BANCO MUNDIAL. *The World Factbook*, 2004. Disponível em: <http://www.odci.gov/cia/publications/factbook/geos/br.html>.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil* n. 92 1º semestre 2003. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cdo/resenha_politica.asp.
- _____. Ministério de Relações Exteriores, <http://www.mre.gov.br>.
- _____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, <http://www.desenvolvimento.gov.br>
- _____. Missão nas Nações Unidas, <http://www.un.int/brazil>
- CANDILIO, A. *International Conference on UN at Fifty: Time for Change*. Kuala Lumpur: Malaysian Strategic Research Centre / Kuala Lumpur: Institute for Policy Research, 1995.
- CÁRDENAS, E. Naciones Unidas: manteniendo la paz. *Archivos del Presente*, n. 21, Buenos Aires: Fundación Foro del Sur, jul.-ago.-set. 2000.
- _____. La República Argentina en el Nuevo Consejo de Seguridad. *Archivos del Presente*, n. 2, Buenos Aires: Fundación Foro del Sur, primavera 1995.
- COLÔMBIA, Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. Observatorio Agrocadenas Colombia. Indicadores Macroeconómicos. Brasil, http://www.agrocadenas.gov.co/indicadores/documentos/ind_macro_brasil.pdf.
- CRETIAZ, J. Potencias emergentes. El enigma 2050. *La Nación*, 11 jan. 2005. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/archivo/nota.asp?nota_id=670110&origen=archivo.
- DALÓ, R. La reforma del Consejo de Seguridad: motivos y alternativas posibles desde la perspectiva argentina. *Relaciones Internacionales*, v. 9, n. 16, La Plata, 47-57, dez.-maio 1998.
- DEUTSCHE WELLE. ONU: alternativas y polémicas. 17 nov. 2004. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,1564,1392912,00.html>
- _____. Las reformas de la ONU: un queso suizo. 13 out. 2004. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,1564,1359641,00.html>.
- DI TELLA, G. El Renacer de las Naciones Unidas. *Archivos del Presente*, n. 1, ano 1, Buenos Aires, 15-20, outono 1995.
- INFORME Dreaming With BRICs: The Path to 2050 (versão em inglês). Disponível em: <http://www.gs.com/insight/research/reports/99.pdf>.
- ESCUDE, C. (Coord.). *Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina*. Parte IV: Las Relaciones Exteriores de la Argentina Posmoderna, 1989-2000. Tomo XV: Las “Relaciones Carnales”: Los Vínculos Políticos con las Grandes Potencias, 1989-2000. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2003.
- EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, <http://www.brasil.org.ar>.
- EMBAJADA DE JAPÓN EN ESPAÑA, Centro de Prensa Extranjera / Japón, Japan Brief/FPC, n. 0436, 1º out. 2004. http://www.es.embjapan.go.jp/embjapon/main_inf/ser_inf/brief/brief/brief0436.html.
- La Nación*, www.lanacion.com.ar.
- MADRID, E. *Argentina-Brasil*. La Suma del Sur. Mendoza: Universidad de Congreso / Caviar Bleu Editora Andina Sur, 2003.
- MUÑOZ LEDO THIERRY, P. El papel de México en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. *Revista Mexicana de Política Exterior*, n. 66, México, mar.-jun. 2002.
- NOTIVER. La ONU se queda en números rojos y pide ayuda. 11 abr. 2003. Disponível em: http://www.notiver.com.mx/archivo_notiver/noviembre/041103/html/01planeta.html.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. <http://www.onu-brasil.org.br/index.php>.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Centro de Información. México, Cuba y República Dominicana. <http://www.cinu.org.mx/onu/estructura/cs.htm>.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Un Mundo Más Seguro*. Disponível em: <http://www.un.org/spanish/secureworld/>
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Consejo de Seguridad. <http://www.un.org/spanish/docs/sc/>.
- RADIO COOPERATIVA. Santiago de Chile. Argentina objetó presencia permanente de Brasil en el Consejo de Seguridad. 1º out. 2004. Disponível em: http://www.cooperativa.cl/p4_noticias/antialone.html?page=http://www.cooperativa.cl/p4_noticias/site/artic/20041001/pags/20041001103943.html

- REDE BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. <http://www.relnet.com.br/cgi-bin/WebObjects/RelNet>
- RICARDES, R. La reforma del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. *Relaciones Internacionales*, v. 4, n. 6, La Plata, 121-123, maio 1994.
- ROETT, R. El papel de Brasil como potencia regional. In: PAZ, G., ROETT, R. (Comps.). *América Latina en un entorno global en proceso de cambio*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano / Nuevo Hacer, 2003.
- SANT'ANA, J. A. La economía brasileña y el proceso de globalización de la economía mundial. *Ciclos*, Año VI, v. VI, n. 11, Buenos Aires, segundo semestre 1996.
- SARAIVA, M., TEDESCO, L. Argentina y Brasil. Políticas Exteriores Comparadas tras la Guerra Fria. In: PALERMO, V. (Comp.). *Política brasileña contemporánea*. De Collor a Lula en años de transformación. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores / Instituto Di Tella, 2003. p. 475-512.
- SILVA, L. I. Lula da. *Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. In: CONFERENCIA DE IMPRENSA SOBRE O FUNDO MUNDIAL DE COMBATE À POBREZA. Genebra, Suíça, 30 jan. 2004. Disponível em: http://www.relnet.com.br/Arquivos/pdf/2004/A_7805.pdf.
- VALENCIA RODRÍGUEZ, L. Conveniencia de reformar el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas en función de la actual realidad internacional. *Revista de la Academia Diplomática*, n. 1, p. 71-81, maio 1996.
- ZAWELS, E. *Procedimientos y Métodos de Trabajo del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas*. Buenos Aires: Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN), Serie de Documentos de Trabajo, n. 26, Buenos Aires, ago. 1998.
- _____. *Hacia un Sistema de Seguridad Colectiva para el siglo XXI*. El Consejo de Seguridad de la ONU en la década del 90. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

Resumo

O objetivo deste artigo é estudar quais foram as diferentes propostas de reforma do Conselho de Segurança da ONU, qual foi a posição do Brasil a esse respeito e que apoios recebeu. Uma pergunta discutida é se o Brasil possui o potencial para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O potencial é estudado em termos de seu peso econômico e dos apoios políticos que recebe por parte de outros Estados para ocupar esse posto, caso se aprove a ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança. Em relação a esta questão, se faz uma referência especial à relação entre Argentina e Brasil. Do mesmo modo, se avaliam os requisitos que deveria cumprir um Estado para ser membro permanente e se estima se Brasil cumpre essas expectativas.